SENTENÇA

Processo Digital n°: 0005338-13.2017.8.26.0566

Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer

Requerente: Natali Fernanda Sanches Ribeiro

Requerido: CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido através da ré dois aparelhos celulares "Smart Lenovo Vibe K6 4G DU", os quais apresentaram problemas de funcionamento que não foram adequadamente solucionados.

Alegou que em relação a um dos aparelhos a ré efetuou a troca, mas em relação ao outro a ré se negou a trocá-lo.

Sustou que os problemas no aparelho são oriundo de falha no carregamento da bateria na energia elétrica.

Almeja a substituição do aparelho por um novo.

Afasta-se a preliminar de incompetência do Juízo para o conhecimento da causa arguida pela ré em contestação não merece acolhimento porque a realização de perícia para tanto é prescindível, como adiante se verá.

No mérito, é incontroverso que incidem à hipótese dos autos as regras do Código de Defesa do Consumidor, preenchidos que estão os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º do referido diploma legal.

Assentada essa premissa, observo que a autora postula a substituição de aparelho celular que adquiriu e que apresentou vícios que não foram solucionados, não obstante em relação a outro aparelho que adquiriu no mesmo dia e apresentou o mesmo vícios ter sido trocado pela ré.

A questão posta a debate prescinde de análise do vício aludido pela autora no equipamento vendido pela ré.

Isso porque a certidão do oficial de justiça de fls. 165 vai de encontro com o que alegado pela autora no relato inicial, constatando que a bateria do aparelho celular apresenta dificuldades para ser recarregada na energia elétrica.

Cabia à ré a demonstra de prova ao contrário, seja por força da regra do art. 6°, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão aqui presentes), seja em decorrência do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Tinha plenas condições para tanto, mas como não o fez é certo que não se desincumbiu desse ônus, de sorte que se impõe a substituição do produto.

Como até agora a situação não foi resolvida, resta claro o decurso do trintídio para que isso se desse, aplicando-se consequentemente a regra do art. 18, § 1°, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a substituir o produto tratado nos autos por outro da mesma espécie ou outra superior (sem ônus à autora nesse caso), em perfeitas condições de uso, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 1.500,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Cumprida a obrigação, a ré terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo <u>in albis</u>, poderá o autor dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, <u>caput</u>, da Lei n° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de janeiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA